

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICA E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Urbanização e Mercado de Trabalho:

Hierarquia urbana, diversificação de atividades e
nível de estabilidade do emprego formal em Mato Grosso

TAIS SOUZA DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. LIA OSÓRIO MACHADO

MONOGRAFIA SUBMETIDA AO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA COMO
REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM GEOGRAFIA

RIO DE JANEIRO
MARÇO, 2003

FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, Tais Souza de

Urbanização e Mercado de Trabalho: relações entre hierarquia urbana, diversificação de atividades e nível de estabilidade do emprego formal no Mato Grosso

Rio de Janeiro, IGEO/UFRJ, 2003

Monografia: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências da Matemática e da Natureza. Instituto de Geociências

Departamento de Geografia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICA E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Urbanização e Mercado de Trabalho:

Hierarquia urbana, diversificação de atividades e
nível de estabilidade do emprego formal em Mato Grosso

TAIS SOUZA DE OLIVEIRA

MONOGRAFIA SUBMETIDA AO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA COMO
REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM GEOGRAFIA

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. LIA OSÓRIO MACHADO

APROVADA POR:

PROF(A) _____

PROF(A) _____

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão feliz, é impossível deixar de registrar minha gratidão por algumas pessoas que durante esta trajetória sempre estiveram presentes me incentivando e ajudando.

Primeiramente, quero agradecer aos meus pais que me mostram a importância do aprender desde a minha infância. Aos meus irmãos, especialmente a Tatiane, pelos momentos alegres, e pelas críticas que tanto me fazem crescer enquanto pessoa.

À professora Sônia Alves por ter me mostrado, nos anos escolares, uma geografia diferente.

Aos meus companheiros de graduação com quem enfrentei os desafios que apareceram no decorrer do curso. Maria Amélia e Ana Cristina, obrigada pelo carinho e companheirismo.

Aos colegas do LAGET, principalmente a Rosane e a Lucimar, que se tornaram grandes amigas e com que compartilhei dúvidas, angústias, alegrias e conquistas. Obrigada pelo apoio. À doce Rebeca por todo auxílio na elaboração dos mapas.

À minha orientadora Lia Osório Machado, que apesar do pouco tempo, sempre me incentivou e acreditou em mim. Gostaria de reafirmar a minha admiração por você enquanto profissional exigente e dedicada que mostrou a seriedade e empenho que devo ter ao participar de um grupo de pesquisa.

Finalmente a Deus por ter me dado o privilégio de conviver com todas essas pessoas especiais.

Índice

1 – Introdução	06
2 – Metodologia	07
3 – Concepção do urbano na Amazônia	09
3.1 – Estrutura e Hierarquia Urbana Atual	11
3.2 – Povoamento e Estrutura Urbana do Mato Grosso	12
4 – Distribuição Espacial das Cidades e Hierarquia Urbana no Mato Grosso	13
5 - Mercado de Trabalho	20
6 – Considerações Finais	33
7 – Bibliografia	35

1 - INTRODUÇÃO

O projeto “Redes, território e governo local na Amazônia”, ao qual esta monografia se vincula, trata de analisar a dinâmica dos sistemas regionais, da forma de organização espacial em rede e da relação entre urbanização, mercado de trabalho e governo local. A última questão é a que mais nos interessa, pois se refere ao assunto que será abordado neste trabalho.

Nosso objetivo é analisar um dos componentes da ordem espontânea¹ do *sistema de povoamento* de Mato Grosso, o mercado de trabalho. Busca-se avaliar o comportamento evolutivo deste elemento em municípios selecionados, relacionando-o com a posição que a cidade ocupa na hierarquia urbana.

Apesar da pesquisa ter englobado toda a região Amazônica, optamos por restringir nosso enfoque ao estado do Mato Grosso. Outros trabalhos do mesmo grupo de pesquisa (Araruna, 2000; Tetéo, 2000) enfocaram os estados do Pará e do Amazonas, respectivamente.

Apesar do estado de Mato Grosso pertencer à Amazônia Legal², apresenta uma dinâmica evolutiva bem diferente dos demais estados. Já é comum a elaboração de estudos que se referem à Amazônia apenas como a parte correspondente a Região Norte, a economia da soja sendo um fator de bifurcação na evolução do sistema de povoamento amazônico (Machado, 1996: 843 e ss). As diferenças se estendem desde as características físicas até as socioeconômicas.

Ao se considerar os fatores naturais, a vegetação de cerrado³ compõe o principal domínio fito-geográfico, e as chapadas caracterizam a geomorfologia do estado. Pesquisas realizadas pelo governo federal desde a década de 1950 indicavam as vantagens do estado para a produção em grande escala de grãos com cultivo mecanizado. Efetivamente, durante os vinte anos de governo militar Mato Grosso foi palco da colonização privada em grande parte de seu território, ao contrário de outras áreas amazônicas onde predominou a colonização oficial. Disso tudo resultou importantes mudanças no que se refere às atividades produtivas, principalmente após a redução dos recursos públicos federais em meados da década de 1980. Como veremos no decorrer do trabalho, a distribuição das cidades em classe de tamanho urbano e a configuração do mercado de trabalho se distinguem dos demais estados. O ritmo

¹ Conceito usado por MACHADO (1999) para explicar o povoamento da Amazônia, que será abordado na fundamentação teórica

² Região criada para fins de planejamento que engloba o estados do Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá.

³ Somente no norte do estado há o predomínio de floresta ombrófila

de crescimento econômico tem sido superior aos demais estados amazônicos graças aos investimentos e à capitalização proporcionados pelo complexo da soja.

A princípio serão apresentadas a metodologia e as concepções sobre a urbanização na Amazônia, especialmente em Mato Grosso, destacando-se as ações dos principais agentes modeladores do espaço e as mudanças que foram desencadeadas a partir de tais intervenções.

Em seguida, parte-se para a análise da hierarquia urbana com base no critério demográfico, e da evolução do mercado de trabalho formal nos municípios, identificando-se os principais setores de atividade, o nível de estabilidade e as diferenças que aparecem quando comparamos essas características com o tamanho urbano. Apesar da dificuldade de se mensurar os dados do trabalho informal, um breve panorama deste mercado será traçado, devido o peso que assume na estrutura econômica do estado.

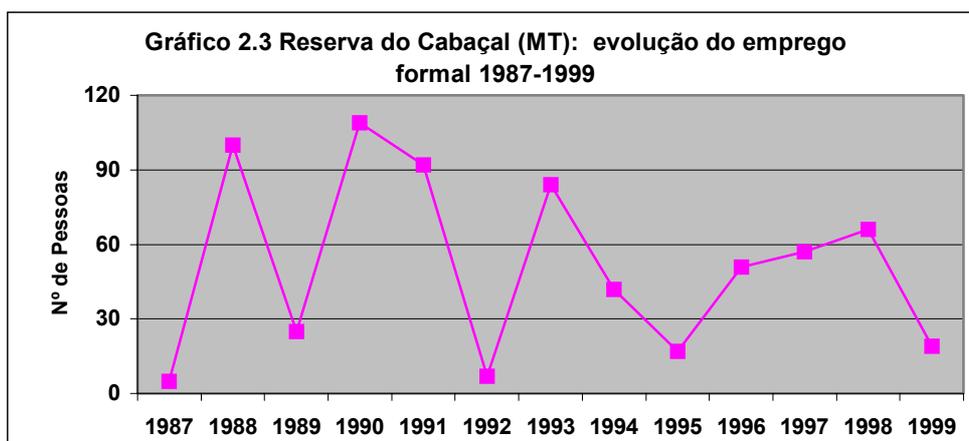
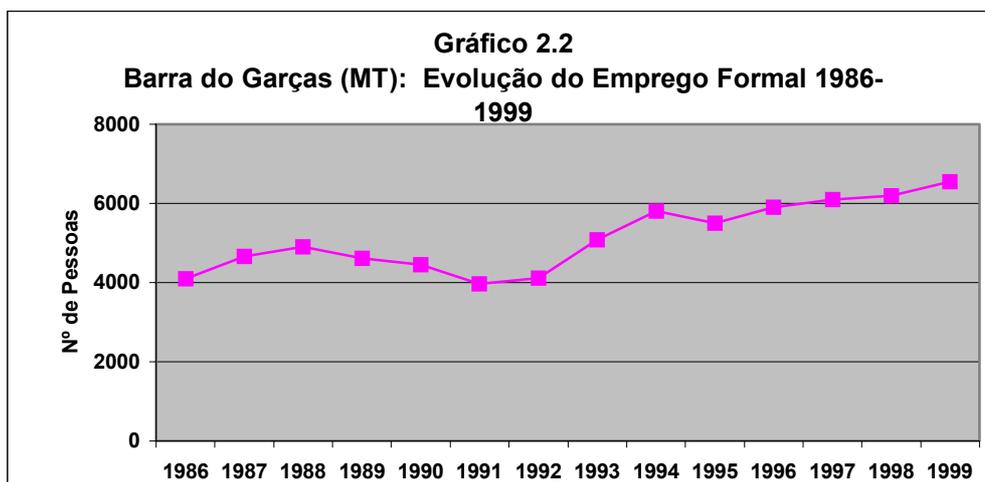
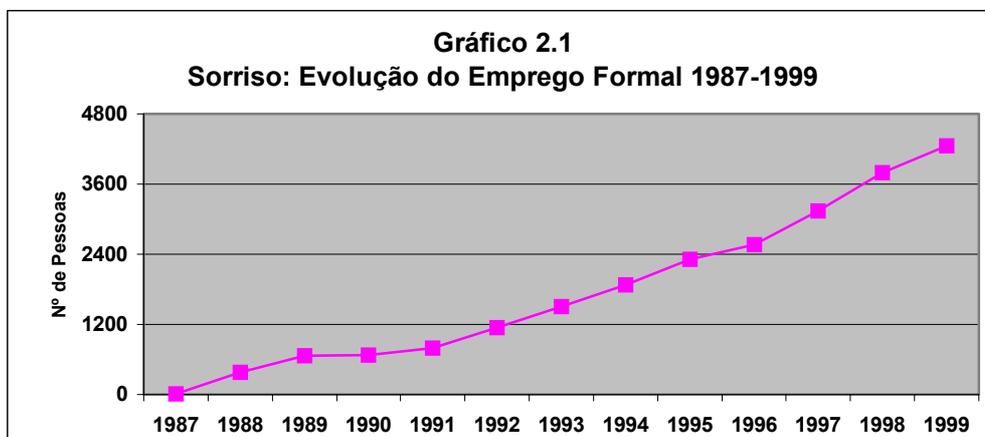
2- METODOLOGIA

Vários procedimentos foram necessários a fim de se atingir os objetivos propostos. Os municípios foram divididos por classe de tamanho urbano, ou seja, segundo a quantidade de pessoas residentes nas cidades e vilas. Os dados foram retirados da Contagem da População de 1996 do IBGE e do Censo Demográfico do IBGE do ano de 2000. Quatro classes foram determinadas: abaixo de 25.000 habitantes; 25.000 – 50.000; 50.000 – 100.000; 100.000 – 500.000 habitantes.

Os municípios foram classificados como urbanos e rurais. Essa distinção é importante quando trabalhamos com a diversificação de setores do mercado de trabalho formal. Consideramos como *urbanos* aqueles que têm mais de 50% da população nas cidades, e *rurais* os que estão abaixo desta margem.

Os dados do mercado de trabalho formal foram obtidos através do Relatório Anual de Informações Sociais publicado pelo Ministério do Trabalho. Este anuário apresenta o número total de trabalhadores empregados com carteira assinada para cada município brasileiro. A partir disso, foram elaborados gráficos que mostram a evolução do emprego formal entre 1986 a 1999. Inicia-se a análise em 1986 pois é neste momento que o governo federal diminui drasticamente os investimentos na Amazônia. Assim, é possível avaliar o nível de estabilidade do mercado de trabalho de acordo com a trajetória da curva do gráfico. Este nível é medido a partir da frequência de variações que o emprego formal passou durante o período analisado. As trajetórias que mantêm uma tendência evolutiva sem grandes variações foram

classificadas como alta estabilidade (gráfico 2.1); como média estabilidade (gráfico 2.2) classifica-se os casos de poucas flutuações significativas, e baixa estabilidade (gráfico 2.3) quando há grandes oscilações.



Org.L.Machado/ Elab. R.Teté, L.Araruna, T.de Oliveira, com dados do RAIS, Ministério do Trabalho 1986-1999

A distribuição da população por setores de atividades foi organizada em gráficos de barras. Os setores analisados obedeceram à classificação do Ministério do Trabalho: administração pública, instituições financeiras, comércio, indústria, hotelaria, transportes e comunicação, técnicos-profissionais, construção civil e agricultura⁴. Além disso, mapas foram elaborados, mostrando a atividade predominante, ou seja, aquela que mais emprega em cada município.

As informações quantitativas em relação à informalidade foram estimadas. Para se obter a proporção de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho informal, foi calculada uma estimativa a partir do total da população economicamente ativa de 1991 (IBGE). Utilizou-se o índice de 1,4 ao ano (dado fornecido pelo IBGE segundo PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) para se atualizar os valores da PEA para o ano de 1996. A diferença entre esse total e o número de empregados segundo o Ministério do Trabalho (1996) constitui, aproximadamente, o contingente de ocupados no setor informal da economia.

Todos os dados descritos anteriormente foram organizados em tabelas e gráficos utilizando o programa Excel, e os mapas a partir do sistema Arcview.

3. CONCEPÇÃO DO URBANO NA AMAZÔNIA

Neste capítulo, algumas concepções sobre a urbanização na Amazônia serão apresentadas, com primazia do conceito de *sistemas* urbanos. Este conceito é utilizado por Lia Osório Machado, que coordena a pesquisa que este trabalho está inserido.

Entende-se por urbanização não só o crescimento do número de cidades ou sua expansão territorial e crescimento populacional. Trata-se de um processo de mudança de expectativas, de ritmo de vida e tipo de atividade implicados no deslocamento da população rural para áreas urbanas. Segundo Machado (1987), a urbanização é também, “... a difusão de uma forma de viver sobre o território, e tudo que esta forma exige, incluindo a geração de economias urbanas”.

Como mostram estudos anteriores, a expansão da fronteira amazônica na década de 1970 efetua-se num contexto urbano, condição de organização do mercado de trabalho regional e de ocupação do território. Segundo Becker (1990), “a fronteira urbana é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação”.

Esta ocupação não se dá de forma linear, desde a frente extrativista e agrícola até ao urbano. A fronteira já nasce urbana (Machado, 1982; 1990): “A política urbana, através de investimentos em infra-estrutura, equipamento funcional urbano e criação de núcleos planejados, possibilitou o uso do espaço urbano como estratégia para o povoamento regional”.

Dessa estratégia faz parte a distribuição controlada da terra, porém com o predomínio da parcela monopolista do capital, ou seja, das grandes empresas que tiveram acesso direto a terra e ao crédito. Os imigrantes que não tiveram acesso a terra fixavam-se nas cidades. Desta forma a urbanização cumpre um papel fundamental na formação de um mercado de força de trabalho, necessário aos empreendimentos capitalistas, nacionais e estrangeiros (Machado, 1982).

Para Coy (1991), essa política resultou na incorporação da região ao centro dominante do país. Isso significa a expansão do modo capitalista de produção para a periferia. Os complexos agroindustriais, as grandes companhias mineradoras e a Zona Franca de Manaus são exemplos que geram economias integradas ao centro dominante.

Sistema de Povoamento de Base Urbana

Ao estudar o povoamento de Mato Grosso tomamos como base a noção de “sistema de povoamento técnico-territorial”, que compreende um conjunto de nódulos (vilarejos, vilas e cidades), as redes de comunicação que os interligam e o equipamento e a informação que possibilitam essa conexão em um dado território (Puimain, 1995 apud. Machado, 1999).

Aplicada a Amazônia, a noção de sistema de povoamento permite entender o processo de urbanização regional como um sistema de povoamento de base urbana. Nesta perspectiva, a disposição geográfica do urbano se desenvolve a partir de duas ordens que acontecem simultaneamente: a *intencional* e a *espontânea*. A primeira deriva do planejamento e investimentos feitos pela ação combinada de capitais estrangeiros, privados nacionais e públicos federais, com objetivos pré-determinados. Faz parte desta intencionalidade os projetos de colonização e integração, a abertura de estradas, a implantação de núcleos urbanos, etc. A ‘ordem espontânea’ se refere aos elementos não controláveis como a diferenciação evolutiva dos núcleos urbanos e o comportamento do mercado de trabalho e de terras. Embora relacionados à ‘ordem intencional’, são em geral considerados como elementos perturbadores da mesma (Machado, 1999).

⁴ O Ministério agrupa nesta categoria agricultura, silvicultura, extrativismo vegetal, criação de animais e pesca.

O segundo conceito é o de *adensamento urbano* (Machado, 1996;1999): grupamentos de cidades surgem em diversas regiões de um sistema de povoamento cujas interações (entre si e com o externo) criam semelhanças em sua evolução urbana (populacional, hierárquica, funcional, etc.). Os adensamentos permitem que economias externas locais apareçam, ou seja, a geração de vantagens advindas da concentração de fatores de produção de riqueza (trabalho, energia, informação), e são reforçadas pela atração de fluxos de investimentos e/ou imigratórios.

3.1 -Estrutura e Hierarquia Urbana Atual

Até 1960, cerca de 80% da população urbana amazônica vivia em pequenas aglomerações. A distribuição da população entre cidades seguia o modelo de estrutura primaz, ou seja, havia uma cidade grande, geralmente a capital estadual⁵, no topo da hierarquia e as demais ocupavam a base. Ao longo das últimas décadas, essa estrutura permanece porém em Mato Grosso, no Pará e em Rondônia (por razões diferentes) aparecem cidades nas classes intermediárias.

Adensamentos Urbanos

Com o recuo dos investimentos federais em 1985, os fluxos de investimentos privados, de recursos humanos e de informação se tornam mais densos e condensados em determinadas regiões e em poucas cidades. Esta concentração gera o adensamento do número de cidades em determinadas regiões do sistema de povoamento. Em geral, as cidades nesses adensamentos apresentam uma tendência evolutiva semelhante. A importância do adensamento está nas vantagens advindas da concentração, como consórcios municipais, aparecimento de economias externas locais, atração de fluxos de investimentos e migratórios e aumento do potencial de consumo (Machado, 1999).

Na Amazônia foram identificadas várias dessas regiões sendo que as principais estão no centro-sul de Rondônia, no centro-norte do Mato Grosso, no Bico do Papagaio, no centro-sul do Tocantins, no centro-norte do Maranhão, nas cercanias de Belém e de Manaus.

3.2. Povoamento e Estrutura Urbana do Mato Grosso

As políticas adotadas pelo Estado através de programas como Proterra, Polocentro, e Poloamazônia, nas décadas de 1960 e 1970, provocaram várias mudanças no estado. Esta intervenção do governo juntamente com a colonização efetivada por grandes empresas privadas corresponde à *ordem intencional* do sistema. Uma das conseqüências dessas ações foi alterar o padrão de povoamento. Anteriormente, os povoados ficavam espacialmente dispersos, com exceção dos núcleos em torno de Cuiabá. Ao norte, o povoamento se restringia à vila de Aripuanã. Trata-se de áreas ocupadas nos séculos passados, mas com estrutura espacial pouco densa. As atividades econômicas desenvolvidas limitavam-se a pecuária extensiva, no nordeste e leste do estado, e a mineração, ao sul. Esta ausência de formas e funções consolidadas favoreceu as transformações aceleradas na fronteira.

As estradas, como estratégia de integração nacional, passaram a direcionar o povoamento e promover o aumento da circulação de pessoas e mercadorias. Dos projetos de colonização implantados participavam colonos que tinham a mesma origem regional (Região Sul) e situação cultural semelhante.

É a partir das áreas de cerrado do estado que emergem os pólos espaciais de investimentos. No sudeste e no oeste de Mato Grosso desenvolveu-se a agroindústria da soja, atividade que requer alto nível de capital, tecnologia e organização (Bernardes, 1996). Com objetivo de abastecer os centros urbanos e de incentivar a exportação de produtos não tradicionais, foram implantados programas (estaduais, federais, privados) que garantiram a implantação de infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do "agrobusiness". Uma série de investimentos em pesquisas possibilitou a adaptação da soja às condições ecológicas do estado, que se tornou o segundo maior produtor de soja do país na década de 1990.

O norte do estado corresponde a principal área de colonização privada. A construção das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-158 (Barra do Garças-Marabá) serviram de eixos para o desenvolvimento regional. Nas áreas de floresta, os colonos tinham menos capitais, e a atividade agrícola, inicialmente, não se desenvolveu como nas áreas de cerrado, especializando-se na extração de madeira e na exploração mineral (ouro) (COY, 1991).

⁵ No Tocantins a cidade que exerce primazia é Araguaína, e não a capital, Palmas.

4. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS CIDADES E HIERARQUIA URBANA NO MATO GROSSO

Como em toda Região Amazônica, a população de Mato Grosso se concentra em aglomerações urbanas. As maiores cidades, com exceção de Juína e Tangará da Serra, se localizam junto aos principais eixos rodoviários. Ao longo destes eixos concentram-se os municípios com maior população urbana relativa (MAPAS 4.1 e 4.2), sendo que no trecho sul da BR-163, praticamente todos os municípios são classificados como urbanos, apesar do predomínio de economias de base rural. É o caso de cidades como Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio do Rio Verde, que têm crescido nos últimos anos. Vemos assim, a importância da posição para atração e concentração de investimentos e de pessoas e informações.

As transformações têm ocorrido de forma muito rápida, porém do ponto de vista dos níveis mais altos da hierarquia urbana chama a atenção a estabilidade do sistema de povoamento. Assim, desconsiderando Cuiabá e Várzea Grande, em 1991 havia 6 cidades com mais de 25.000 habitantes, e em 2000, 7 cidades (tabela 4.1): Peixoto de Azevedo caiu de nível na hierarquia devido ao fim do garimpo e Sinop subiu de nível, aparecendo também nessa classe Primavera do Leste e Tangará da Serra. Em 1991 havia duas cidades com mais de 50.000 habitantes e em 2000, três cidades (MAPA 4.1).

Tabela 4.1
Municípios mais populosos
do Mato Grosso, 2000

Município	População		
	Total	Urbana	Rural
Pontes e Lacerda	41 371	28 196	13 175
Juína	38 026	30 493	7 533
Sorriso	35 397	31 370	4 027
Primavera do Leste	39 807	36 491	3 316
Alta Floresta	46 956	37 271	9 685
Barra do Garças	52 136	47 890	4 246
Tangará da Serra	58 341	51 042	7 299
Cáceres	85 504	66 299	19 205
Sinop	74 761	67 645	7 116
Rondonópolis	150 049	141 660	8 389
Várzea Grande	214 842	210 849	3 993
Cuiabá	482 498	475 632	6 866

Fonte: IBGE, 2000

Nos municípios com pequeno contingente populacional, o que tem ocorrido é o aumento relativo da população urbana, porém na maioria, as cidades permanecem muito pequenas. Observa-se que a estabilidade nos níveis mais altos é acompanhada pela estabilidade nos níveis mais baixos. Em 1991 e em 2000, mais de 90% das cidades permanecem na base da hierarquia, sendo que 50% com menos de 5000 habitantes (tabela 4.2).

Tabela 4.2
Distribuição da População Urbana do
Mato Grosso, 2000

População Urbana	Nº de Municípios
Inferior a 5.000	63
5.000 -25.000	52
25.000 - 50.000	6
50.000 – 100.000	3
100.000 - 500.000	3

Elaboração própria
sobre dados do
Censo IBGE 2000

Abaixo serão analisados os principais aspectos da economia local, com apoio em relatórios de trabalho de campo, dados do IBGE e bibliografia pertinente.

Cidades acima de 100.000 habitantes

Cuiabá exerce o comando da hierarquia, sua população urbana é duas vezes maior que a cidade seguinte, Várzea Grande. Além de concentrar o poder político-administrativo, a cidade se beneficiou dos programas implantados no estado a partir de 1970. Em seus limites, instalaram-se sedes regionais das companhias colonizadoras e de planejamento e assessoria para projetos agropecuários, firmas de maquinarias e equipamentos para atividades madeireiras e agrícolas, ao lado de aviação agrícola e de táxis aéreos. Isto estimulou o aparecimento de firmas prestadoras de outros serviços e da rede bancária.

Várzea Grande pode ser considerada uma extensão de Cuiabá. Sua produção industrial tem uma participação considerável no nível regional. As serrarias de pequeno porte, as indústrias de gêneros alimentícios e os frigoríficos correspondem aos ramos industriais mais importantes desta cidade. Além disso, a cidade abriga o único aeroporto internacional do estado.

Rondonópolis pode ser considerada uma cidade média, segundo o critério de Santos (1993), ou seja, apresenta população urbana pouco mais de 100.000 habitantes. Tornou-se centro regional pela concentração de serviços que sustentam a economia da soja. Grandes empresas agroindustriais como a Ceval e a Sadia estão lá instaladas, produzindo crescentes quantidades de ração para pecuária e para avicultura.

Cidades entre 50.000 e 100.000 habitantes

Neste grupo estão as cidades de Sinop (67.645) e Cáceres (63.698), porém Tangará da Serra (49.635) e Barra do Garças (47.169) estão muito próximas de 50.000 habitantes. É extraordinário o crescimento urbano de Sinop na década de 1990, ultrapassando a antiga e bem estruturada Cáceres. Antiga sede de um dos maiores projetos de colonização dirigida por empresas privadas denominada de “Gleba Celeste”⁶, Sinop localiza-se às margens da BR-163, a 551km de Cuiabá. Por razões ainda não claras, durante a década de 1990 adquiriu primazia entre as cidades próximas, destacando-se hoje como ‘capital’ do Norte de Mato de Grosso.

Na década de 1980 tentou-se desenvolver no município de Sinop e adjacências a agricultura de arroz, mas diversas dificuldades como o alto custo do crédito e a precariedade do transporte rodoviário frustraram a companhia colonizadora. Os recursos convergiram para

⁶ A gleba era constituída pelos atuais municípios de Sinop, Cláudia, Vera e Carmen. Ver Miranda, 1990.

o desenvolvimento da indústria madeireira, tanto de beneficiamento como moveleira, impulsionando o crescimento da cidade (Miranda, 1990).

Na década de 1990, novos investimentos foram dirigidos à produção de soja, milho, arroz e guaraná, porém a cidade cresce hoje em função da economia urbana, primordialmente como centro comercial para as cidades vizinhas.

O município de Cáceres está entre os mais antigos do estado. Comanda um conjunto de cidades espalhadas entre as grandes fazendas de pecuária, e onde foram instalados vários frigoríficos. Apresenta o maior efetivo bovino do estado segundo o censo agropecuário de 1995. Além disso, a cidade se beneficiou da instalação de várias instituições estaduais e da proximidade com a Bolívia (San Matias), fazendo parte de uma rota utilizada pelo tráfico de drogas que passa pela MT -174.

Tangará da Serra está numa área de organização geo-econômica complexa devido a grande variedade de atividades (Lima, 1995). Em seu entorno desenvolve-se a mineração, a agricultura mecanizada da soja e a pecuária. Ao contrário dos outros municípios que a cercam, sua origem está associada aos projetos de colonização privada. Sem dúvida beneficiou-se de sua posição geográfica, na descida da Chapada dos Parecis (área da soja) para a Baixada da Bacia do Paraguai.

Cidades entre 25.000 e 50.000 habitantes

Neste grupo é válido destacar as cidades de Alta Floresta e Barra do Garças. As cidades de Juína, Primavera do Leste, Pontes e Lacerda e Sorriso estão subordinadas às cidades de Alta Floresta, Rondonópolis, Cáceres e Sinop, respectivamente, e têm seu crescimento articulado com os maiores núcleos regionais.

Alta Floresta está localizada ao norte do estado e também foi sede de projeto de colonização privada. A empresa não assumiu uma série de empreendimentos, mas procurou atrair investimentos privados, criando condições materiais e financeiras para a implantação de novos negócios e geração de emprego (Miranda, 1990). Desde o início do projeto, a cidade foi pensada como centro de serviços para áreas rurais, mas o seu desenvolvimento econômico esteve vinculado à circulação de dinheiro gerada pela extração do ouro. Hoje é um centro comercial razoavelmente importante do extremo norte do estado, tendo como principais atividades a extração e beneficiamento primário de madeira, a cultura de cana e algodão, e o surgimento do cultivo da soja nas áreas já desmatadas.

Barra do Garças é a maior cidade da região do Médio Araguaia, área voltada para agricultura e pecuária. Seu crescimento está associado aos serviços que oferece aos demais núcleos e também à presença de indústrias alimentícias, principalmente aquelas ligadas ao beneficiamento do arroz. Por se localizar numa área de entroncamento de estradas interestaduais e contar com um aeroporto nacional/regional, os fluxos são intensos.

Cidades com menos de 25.000 habitantes

Este é o grupo mais heterogêneo em termos sociais e econômicos. Apresenta cidades quase estagnadas como Araguainha, e outras bem dinamizadas e com características de um nível hierárquico superior como Nova Mutum, à margem da Cuiabá-Santarém e centro produtor de soja. Cerca de 30 municípios são rurais, com mais de 50% de sua população morando na zona rural, sendo que destes, mais da metade corresponde aos municípios recém-criados. Isso confirma a tendência a ruralização dos novos municípios apontada por Machado (1999). No entanto, a população localizada na área rural não se encontra isolada, mas mantém ligações políticas e econômicas com a cidade ao utilizar os serviços institucionais, o mercado de trabalho e os serviços de apoio técnico.

Nesta classe se encontram todos municípios que foram criados nos últimos anos. A Constituição de 1988 restabeleceu a autonomia municipal e implantou o Fundo de Participação dos Municípios, com isso estimulando as emancipações nos últimos dez anos na Amazônia (Da Silva, 1995). Muitos deles vivem somente das transferências de recursos do governo estadual e federal. De fato, essas emancipações tradicionalmente são resultado de ações políticas que visam à criação de “currais eleitorais”. Por outro lado, Machado (1996) afirma que o caciquismo político local não deve ser confundido com o desejo real da população em obter autonomia que pode significar acesso a serviços básicos, construção de infra-estrutura e oferta de emprego público. Além disso, a emancipação, particularmente no estado do Mato Grosso representa também, em algumas cidades, a afirmação da identidade cultural dos sulistas (Kohlhepp & Blumenschein, 2000). É o caso de Gaúcha do Norte e União do Sul.

Adensamentos Urbanos em Mato Grosso

A origem dos adensamentos pode estar associada a diferentes situações geográficas. Vamos destacar os casos que podem ser observados em Mato Grosso. Um deles é o adensamento da população em áreas de estrutura fundiária diversificada onde as atividades agropecuárias (milho, arroz, café, carne bovina, leite) e/ou as atividades extrativas (madeira, ouro, ferro, castanha-do-pará, borracha) geraram processo, mesmo que modesto de substituição de importações (frigorífico, usina de laticínios, fábricas de móveis, compensados, etc.) Ao norte do estado, esta situação pode ser visualizada no adensamento em torno de Alta Floresta e Colíder. O conjunto de cidades próximas a Sinop também pode ser considerado como adensamento.

Outra situação é a de áreas agrícolas especializadas em produtos de exportação, entre as quais sobressai a agroindústria da soja. No centro-norte e sul do estado, é possível identificar regiões geradas por esta especialização.

Lima (1995) identificou oito adensamentos ou áreas de condensação do fenômeno urbano:

- 1) o entorno de Cuiabá;
- 2) o conjunto de pequenas cidades ao norte do Pantanal, tendo como cidade principal, Cáceres
- 3) o sub-espço de Juara no centro-oeste do estado;
- 4) o grupo de cidades em torno de Rondonópolis;
- 5) os núcleos do médio vale do Araguaia;
- 6) os municípios ao longo da BR-163 (Sinop, Sorriso);
- 7) a região de Diamantino, Barra do Bugre, Tangará da Serra, Nortelândia, na descida da Chapada dos Parecis para a Bacia do Paraná-Paraguai;
- 8) os aglomerados ao norte-noroeste do estado (Alta Floresta, Colíder, Peixoto de Azevedo, etc.).

Atualmente é possível identificar mais dois adensamentos: o primeiro se define entorno do eixo da BR-070, em direção a Barra do Garças e o estado de Goiás, e o segundo (que substituiu o estagnado eixo fluvial do Médio Araguaia como área de ‘condensação urbana’), ao longo do eixo da BR-158, que liga o leste do estado ao Sudeste do Pará.

5 – MERCADO DE TRABALHO

A questão que iremos focar a seguir se refere às relações entre mercado de trabalho, hierarquia urbana, adensamentos e municipalização. Os dados que o Ministério do Trabalho nos oferece permite traçar um panorama da diversidade funcional das cidades, visto que as atividades identificadas, com exceção da agricultura, são típicas de áreas urbanas.

Como trabalho formal considera-se o emprego com carteira assinada. Já o mercado informal é constituído por trabalhadores que não são beneficiados pelos direitos trabalhistas. O estudo de Lia Machado (1999), que englobou toda a Amazônia, aponta duas características gerais da relação entre urbanização e mercado de trabalho:

- 1) O setor público tem um peso considerável como principal empregador no mercado formal de trabalho nos dois extremos da hierarquia urbana.
- 2) As suposições correntes de que a proporção de emprego informal é maior nos grandes centros não prestam para a Amazônia, onde o contingente informal se mostrou maior nas menores cidades. A hipótese provável para este fato é a fuga de obrigações trabalhistas, a instabilidade na oferta de emprego vinculada à instabilidade econômica dos núcleos, e a fragilidade das economias locais de pequeno porte, muitas delas dispersas no espaço regional. precariedade das relações de trabalho. Ao contrário, nas cidades maiores o controle sobre a aplicação da legislação trabalhista, a intensa competição por mão-de-obra qualificada e o peso do emprego público podem explicar o peso maior do setor formal de trabalho..

Uma exceção são núcleos urbanos vinculados à uma empresa, conhecidos como “company towns” ou “cidade-empresa”, onde em geral há um forte contingente de trabalhadores no mercado formal.

Análise do Mercado de Trabalho por categorias de cidades no Mato Grosso

Como já dissemos na introdução, o estado apresenta uma dinâmica bem diferente do restante da Amazônia Legal. Justamente após a retração dos investimentos federais, Mato Grosso continuou crescendo economicamente. Esse dinamismo pode ser percebido também no mercado de trabalho visto que as atividades ligadas à agricultura e à indústria têm se destacado a despeito do predomínio da administração pública em muitos municípios. Ao se considerar o total de empregados em números absolutos vemos que a administração pública é o setor que mais concentra trabalhadores. Quando analisamos a proporção de empregados por setores em cada município, o resultado aponta para o predomínio das outras atividades citadas acima.

Em 1996, dos 116 municípios existentes, em 46 predominava a administração pública como principal empregador. A agricultura e a indústria correspondiam às atividades principais em 56 municípios (50% por cada uma das atividades). Três anos depois, 36 municípios tinham a administração pública como maior empregador, em 46 a agricultura, e em 33 municípios, a indústria (mapas 5.1 e 5.2). O setor de emprego formal que mais cresce, portanto, está vinculado às atividades agrícolas.

Ao comparar os dois mapas percebemos a expansão do emprego na agricultura. Sabemos que a agricultura moderna utiliza pouca mão-de-obra para plantio e colheita, pois conta com máquinas para realização destas tarefas. No entanto, por necessitar de técnicos qualificados e por estar diretamente ligada a grandes empresas a atividade agrícola tem absorvido uma parcela significativa de trabalhadores formais.

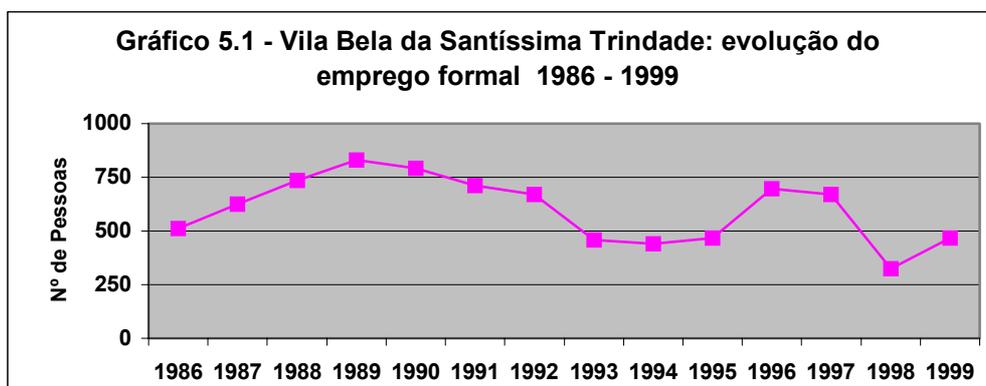
Os mapas revelam ainda que a distribuição do emprego industrial e agrícola está concentrada no espaço. Esta concentração obedece, em geral, o padrão espacial dos adensamentos urbanos. Ao norte do estado, região da floresta ombrófila e da mineração, o setor que mais emprega é a indústria madeireira. No norte, no centro-norte, no oeste e na região do Araguaia, a agricultura predomina. As diferenças de organização entre as áreas de cerrado e de floresta pluvial indicadas por Martin Coy (1991) e por Flavia Lima (1995) também estão evidenciadas em nossa análise.

Entre 1989 a 1998 foram criados 30 municípios em Mato Grosso. Todos estão situados na base da hierarquia urbana. Ao contrário da nossa hipótese inicial, confirmada nos estados de Tocantins e Pará em outros estudos, os novos municípios não tiveram a administração pública como o principal empregador. Assim como no resto do estado a agricultura tem predominado na absorção de trabalhadores formais.

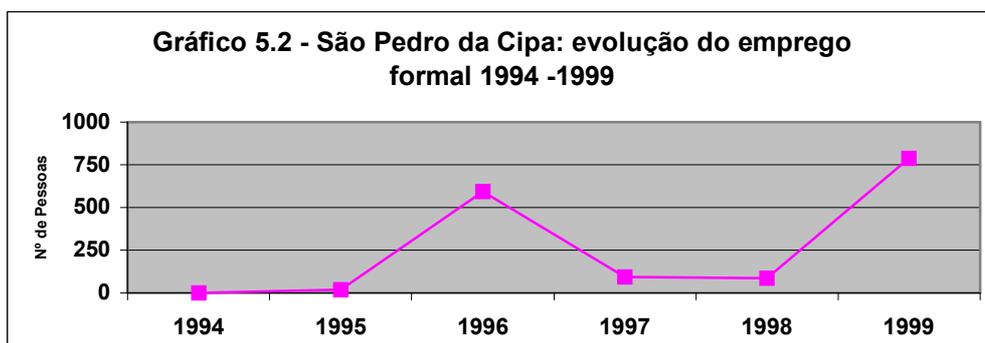
A análise abaixo se refere à estabilidade e a diversificação funcional do emprego formal de acordo com o tamanho urbano das cidades.

Cidades abaixo de 25.000 habitantes

O contingente de pessoas ocupadas no mercado de trabalho formal é baixo tanto em termos absolutos como relativos. Baixo também é o nível de estabilidade, pois é comum a ocorrência de fortes variações anuais no total de empregados no período analisado (Gráficos 5.1, 5.2).



Org.L.Machado/ Elab. R.Tetéó, L.Araruna, T.de Oliveira, com dados do RAIS, Ministério do Trabalho 1986-1999

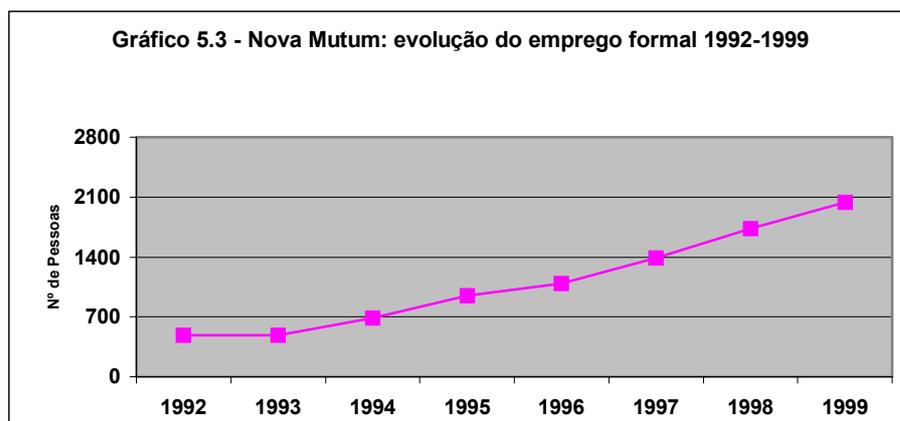


Org.L.Machado/ Elab. R.Tetéó, L.Araruna, T.de Oliveira, com dados do RAIS, Ministério do Trabalho 1986-1999

Por outro lado, existem cidades que apresentam alta estabilidade, várias delas vinculadas diretamente a atividades rurais dinâmicas, principalmente soja, e/ou à circulação rodoviária: Araputanga, Campos de Júlio, Carlinda, Cotriguaçu, Feliz Natal, Itiquira, Nova Lacerda, Nova Mutum, Novo Mundo, Porto Esperidião, Querência e Sapezal .

Campos de Júlio, Cotriguaçu, Feliz Natal, Nova Mutum, Querência e Sapezal estão entre as cidades que apresentam os maiores índices de crescimento demográfico entre 1991 e 2000. Podemos supor que a oferta de trabalho deve ter contribuído para o incremento populacional destes núcleos.

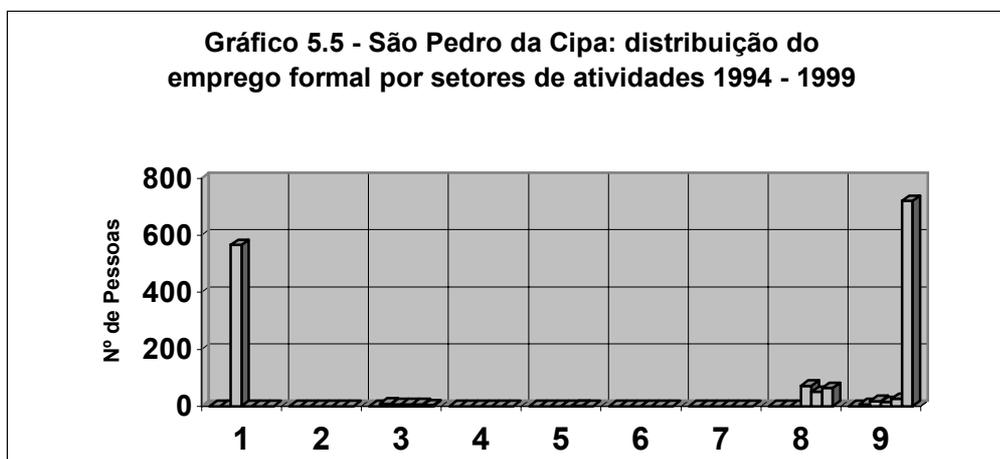
O alto nível de estabilidade também ocorre em cidades pequenas de outros estados amazônicos como Tocantins, mas as razões que modelam este comportamento são distintas. Em Tocantins, essas cidades estão quase que estagnadas, a linha segue em direção reta. No caso mato-grossense, o que se verifica é o crescimento constante do emprego formal em municípios com economia dinâmica, como é o caso de Nova Mutum no eixo da Cuiabá-Santarém, ao sul de Sorriso e Sinop (Gráfico 5.3).

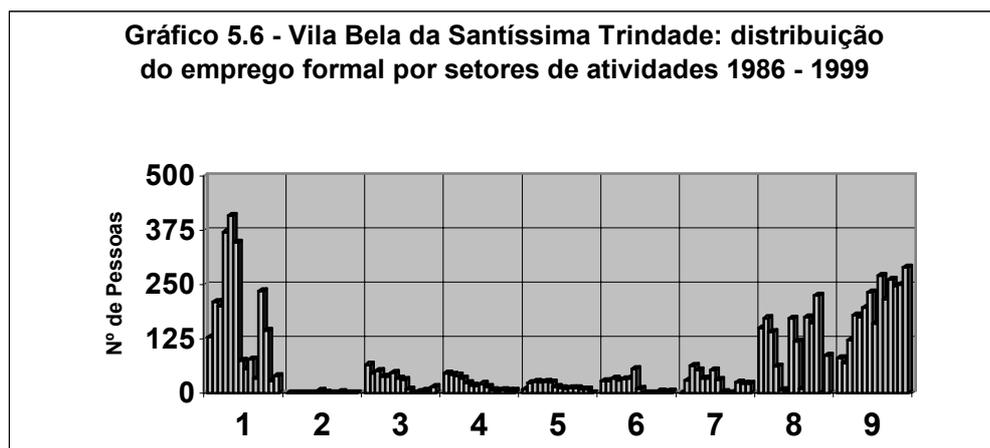


Org.L.Machado/ Elab. R.Tetéó, L.Araruna, T.de Oliveira, com dados do RAIS, Ministério do Trabalho 1986-1999

Do ponto de vista dos setores da economia urbana, o crescimento do mercado formal de trabalho não é contínuo nem igual para todos os setores. Geralmente um único setor que esteja em expansão, ou agricultura ou indústria, pode empregar *anualmente* uma quantidade expressiva de trabalhadores formais. Em quase todas as cidades com menos de 5.000 habitantes uma única atividade sobressai em termos absolutos e relativos de emprego formal. A agricultura e a administração pública são os setores que mais empregam.

No Gráfico 5.4, a cidade (estagnada) de Araguainha (1.137 habitantes urbanos), no Médio vale do Araguaia, tem o setor público como único empregador no trabalho formal, enquanto São Pedro da Cipa (2.966 habitantes urbanos), localizada entre Cuiabá e Rondonópolis, no eixo da BR-364, apresenta trabalhadores formais na agricultura e na indústria concentrados em um *único ano*, o que sugere abertura de fazendas (Gráfico 5.5). Já em Vila Bela da Santíssima Trindade (2.785 habitantes), a primeira e histórica ex-capital da Capitania de Mato Grosso (século XVIII), as atividades são mais diversificadas e maior a estabilidade pelos diversos setores, exceto o da indústria (madeireira), que decresceu no final da década (Gráfico 5.6).

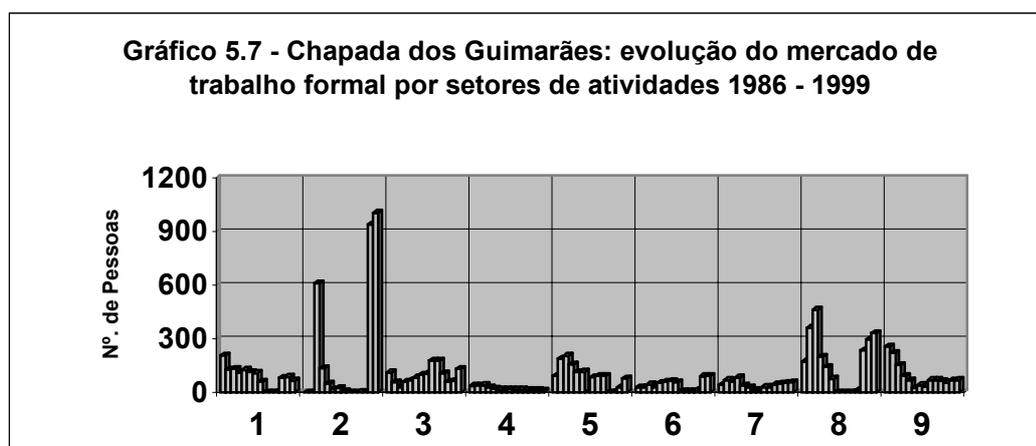


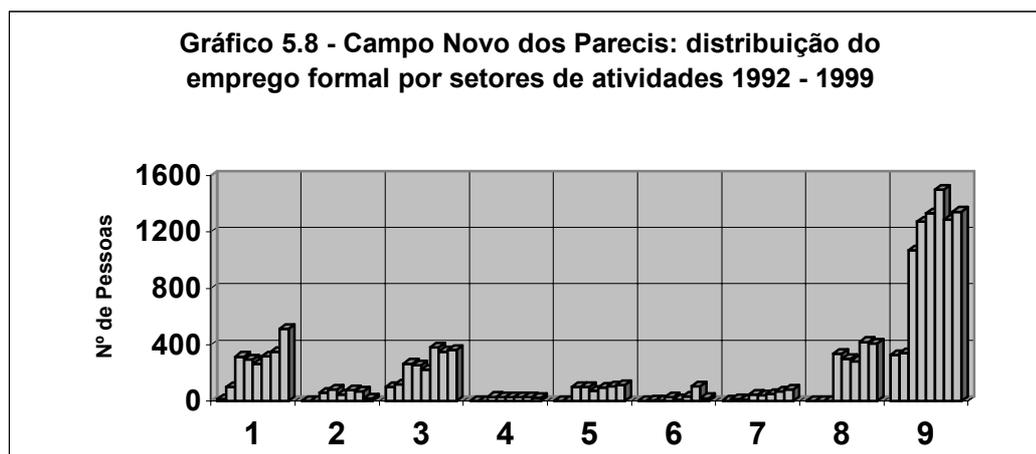


1- Indústria 2- Const. Civil 3- Comércio 4- Inst. Finan. 5- Trans. Comunic.
6- Hotelaria 7- Téc. Prof. 8- Adm. Pública 9- Agricultura

Org. L.Machado; Elab. R.Teté; L.Araruna; T.de Oliveira sobre dados do RAIS/
Ministério do Trabalho 1986 – 1999

É possível perceber maior diversificação de atividades em municípios com cidades de mais de 5.000 habitantes, embora ainda permaneça a característica de um setor mais bem desenvolvido enquanto os outros aparecem com uma proporção menor de pessoas empregadas no trabalho formal. São os casos da Chapada dos Guimarães (8.709 hab. urbanos), a 285km de Cuiabá (Gráficos 5.7), e o dinâmico Campo Novo dos Parecis na Chapada (13.087 hab.), onde comércio e indústria são empregadores estáveis porém com predomínio da agricultura (Gráfico 5.8). Algumas interessantes exceções foram identificadas. Em Ribeirão Cascalheira, no eixo da BR-158, a hotelaria é a atividade que se destaca, e em Santo Antônio do Leverger, na Grande Cuiabá, se destaca o setor de serviços técnicos-profissionais.





1- Indústria 2- Const. Civil 3- Comércio 4- Inst. Finan. 5- Trans. Comunic.
6- Hotelaria 7- Téc. Prof. 8- Adm. Pública 9- Agricultura

Org. L.O.Machado; Elab. R.Teté, L.Araruna, T.de Oliveira sobre dados do RAIS/
Ministério do Trabalho 1986 – 1999

Cidades entre 25.000 e 50.000 habitantes, e de 50.000 a 100.000 habitantes

Nestas classes de tamanho urbano, o mercado de trabalho formal está geralmente mais consolidado e o grau de diversificação de atividades mais elevado. Quanto mais diversificada as atividades, mais alternativas a cidade tem ao ser afetada por uma crise (Machado, 1999). Em Barra do Garças, localizada no cruzamento da BR-070 com o rio Araguaia, no limite entre Mato Grosso e Goiás, o comércio é importante mas também a indústria, os outros setores apresentando um comportamento relativamente estável (Gráfico 5.9). Apesar da diversificação, a instabilidade predomina em quase todas as cidades (Gráfico 5.10). Há exceções. Sorriso, situada numa importante região produtora de soja no eixo da Cuiabá-Santarém, apresenta um crescimento expressivo do emprego em várias atividades na segunda metade da década de 1990, e Primavera do Leste, que também apresenta crescimento constante no mesmo período.

Gráfico 5.9 - Barra do Garças: distribuição do emprego formal por setor de atividade 1986 - 1999

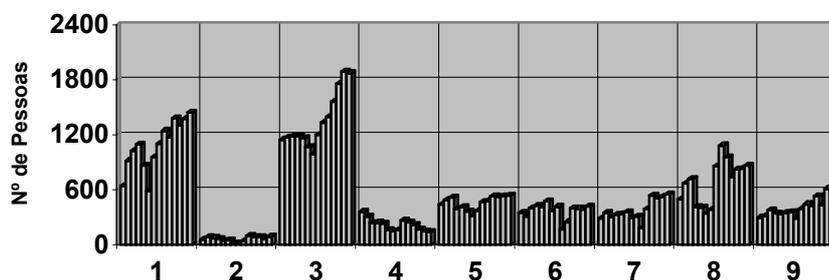


Gráfico 5.10 - Pontes e Lacerda: evolução do mercado de trabalho formal 1986-1999

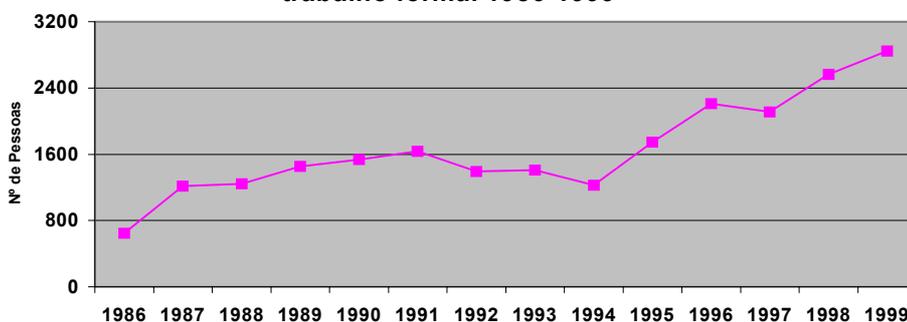
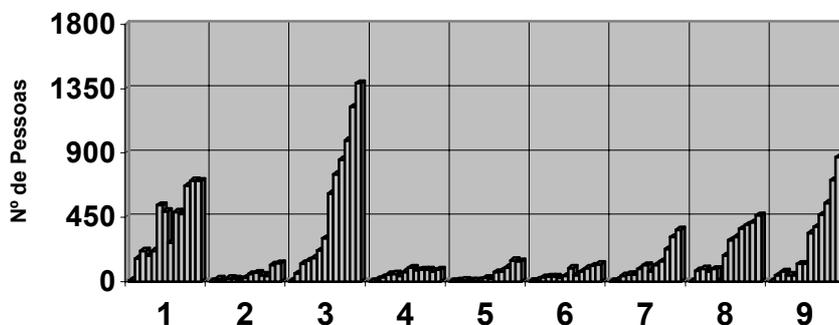
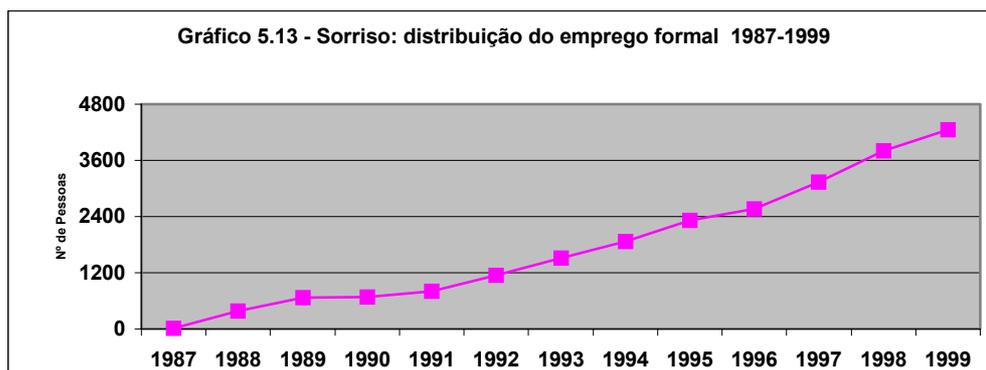
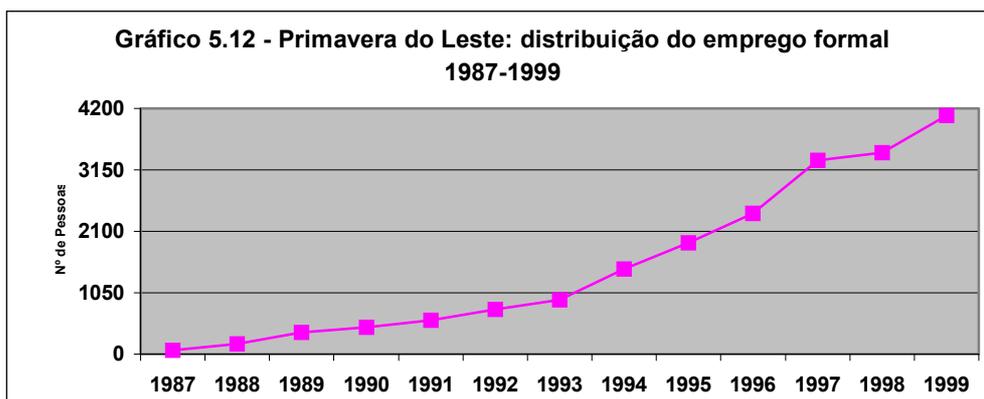


Gráfico 5.11 - Sorriso: distribuição do emprego formal por setor de atividade 1987-1999



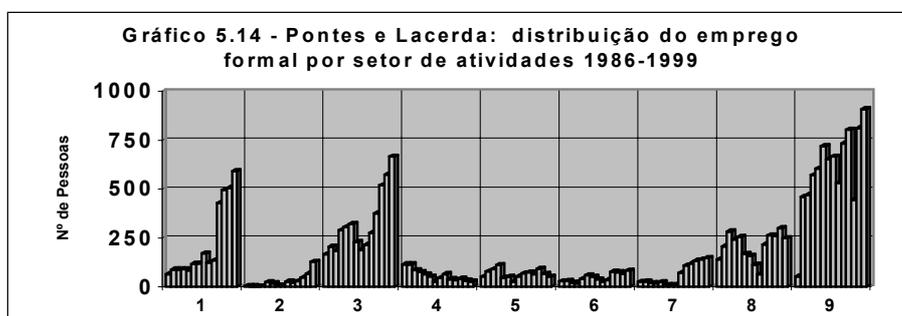
1- Indústria 2- Const. Civil 3- Comércio 4- Inst. Finan. 5- Trans. Comunic.
6- Hotelaria 7- Téc. Prof. 8- Adm. Pública 9- Agricultura

Org. L.O, Machado. Elaboração: R. Tetéo, L. Araruna; T. de Oliveira sobre dados do RAIS/ Ministério do Trabalho 1986 – 1999



Org.L.O.Machado, Elab. R.Tetéó, L.Araruna, T.de Oliveira sobre dados do RAIS/ Ministério do Trabalho.

Nessas classes de tamanho urbano, os setores predominantes são diversificados: o comércio (Sorriso, Barra do Garças, Tangará da Serra); a indústria (Juína, Alta Floresta e Sinop); a agricultura (Pontes e Lacerda e Primavera do Leste); a administração pública (Cáceres). Como vemos no gráfico 5.14, apesar da agricultura empregar o maior número de pessoas, essa predominância não é absoluta, já que os outros setores (comércio e indústria) também são expressivos.



1- Indústria 2- Const. Civil 3- Comércio 4- Inst. Finan. 5- Trans. Comunic. 6- Hotelaria 7- Téc. Prof. 8- Adm. Pública 9- Agricultura

Org. L.O.Machado. Elaboração: R.Tetéó, L.Araruna; T.de Oliveira sobre dados do RAIS/ Ministério do Trabalho 1986 – 1999

Cidades acima de 100.000 habitantes

Como era de se esperar, as maiores cidades oferecem emprego formal em atividades diversificadas. Em Rondonópolis, o comércio é a principal atividade empregadora, embora os serviços absorvam uma quantidade significativa de mão-de-obra, assim como a indústria. Em Várzea Grande, na Grande Cuiabá, o setor industrial predomina, sendo que a população ocupada se distribui em vários ramos como alimentício, madeireiro, não metalúrgico e metalúrgico. Os serviços, em termos relativos, não são muito expressivos, provavelmente devido à proximidade com Cuiabá. Em Cuiabá, capital estadual, a administração pública é a atividade predominante. A função de capital do estado lhe confere maior disponibilidade de serviços e instituições públicas, tanto que o número de empregados neste setor supera o total de todas as demais cidades reunidas. Os outros setores também são bem desenvolvidos.

Apesar do grande número de pessoas empregadas em termos absolutos, o nível de estabilidade é baixo para todas elas, sendo que as maiores oscilações são observadas nos setores de administração pública, construção civil e técnicos-profissionais.

Mercado de Trabalho Informal

Uma das características estruturais do mercado de trabalho no Brasil é o peso da informalidade na geração de renda. As atividades informais funcionam essencialmente como estratégia de sobrevivência da força de trabalho de menor qualificação. Estão frequentemente atreladas à economia formal, estabelecendo laços de dependência e complementaridade com empresas formais (Santos, 1979).

Numa área em que a *mobilidade do trabalho*⁷ é resultado das estratégias dos agentes sociais para moldar o mercado de trabalho não é estranho que o setor informal absorva muitos trabalhadores. Segundo Machado (1995), sazonalmente, é comum a troca de ocupações rurais não qualificadas (desmatamento, limpeza de pasto) por ocupações urbanas informais (doméstico, vendedor, servente). Em todas as classes de cidade a quantidade de pessoas

⁷ Entende-se por mobilidade do trabalho o processo espacializado em que os trabalhadores exercem duas ou mais atividades em lugares diferentes. São chamados trabalhadores móveis ou polivalentes (ver J-P.de Guadamar, 1976).

ocupadas é muito expressiva, sendo que nas cidades menores o contingente relativo tende a ser maior.

Tabela. 5.1 – **Distribuição da População Urbana Ocupada (estimativa) 1996**

Município Ocupada	População Urbana	Mercado de trabalho formal (%)	Mercado de trabalho informal (%)
Nova Brasilândia	1717	3	97
Vila Rica	2084	18	82
Água Boa	3380	45	55
Rosário Oeste	3506	17	83
Barra do Bugres	5296	33	67
Alta Floresta	16216	19	81
Barra do Garças	16670	35	65
Tangará da Serra	13636	31	69
Sinop	15285	59	41
Cáceres	18622	34	66
Rondonópolis	44195	35	65
Várzea Grande	57129	24	76
Cuiabá	156312	73	27

Fonte: Censo Demográfico 1991 – IBGE. RAIS/ Ministério do Trabalho 1996

Algumas cidades fogem deste padrão (tab. 5.2). Em Tapurah, Campo Verde e Itaúba, por exemplo, a indústria madeireira é praticamente o único setor empregador. Como o setor secundário geralmente absorve a menor proporção de empregados informais, deve ser por isso que a proporção do mercado de trabalho formal seja maior. As outras cidades fazem parte de adensamentos especializados na produção agropecuária capitalizada. A hipótese é que nessas áreas a necessidade de mão-de-obra qualificada contribui para a redução do emprego informal (Machado, 1999).

Tab. 5.2 – **Distribuição da População Urbana Ocupada (estimativa) 1996**

Município	Pop. Urbana Ocupada (abs.)	Mercado de trabalho formal (%)	Mercado de trabalho informal (%)
Tapurah	562	79	21
Itaúba	871	97	3
Novo São Joaquim	812	53	47
Campo Verde	1276	93	7
Lucas do Rio Verde	1842	54	46
Araputanga	2751	65	35
Sorriso	5047	51	49
Primavera do Leste	4392	55	45

Org.. L.O.Machado; Elaboração: R.Tetéó, L.Araruna, T.de Oliveira, sobre dados da Contagem da População 1996 – IBGE; RAIS/ Ministério do Trabalho

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Os investimentos e o desenvolvimento capitalista do campo mato-grossense se deu a partir da frente agrícola da soja que vem incorporando imensas extensões de cerrado para a exportação de grãos destinada ao mercado externo e interno. Apoiada em mais de vinte anos de estudos do cerrado, o cultivo de grãos em Mato Grosso caracteriza a estruturação do espaço regional na década de 1990. Atualmente, a frente da soja ganha áreas da floresta ombrófila no norte do estado, em direção ao Pará, ao mesmo tempo em que nas outras áreas o sistema de povoamento se consolida e outros cultivos são introduzidos.
- Os altos preços da soja no mercado internacional e a presença de grandes empresas nacionais e internacionais especializadas no seu processamento foram fatores positivos para a melhoria das vias de comunicação e para a expansão da urbanização.
- Mato Grosso apresenta um sistema de povoamento de base urbana como de resto a Amazônia Legal em seu conjunto. Embora a capital estadual e a Grande Cuiabá concentram a maior parte da população urbana, diversos adensamentos de pequenas cidades caracterizam os subespaços regionais, estando os núcleos aglutinados em torno das principais cidades médias e com forte dependência em relação às atividades do campo.
- Com exceção do eixo fluvial do vale do Araguaia, cuja urbanização estagnou na segunda metade da década de 1990, os outros adensamentos urbanos continuam em trajetória de crescimento, particularmente durante a última década. De modo geral permanece como principais eixos da urbanização a BR-364, que corta a bacia do alto Paraguai e a Chapada dos Parecis, ligando o Centro-Sul a Rondônia, e a BR-163 (Cuiabá-Santarém) em direção ao Pará. A BR-158 (a leste) surge como novo eixo de urbanização, suplantando o vale do Araguaia, mais a leste.
- A economia urbana é importante para cidades acima de 50.000 habitantes. O fato de a agricultura mato-grossense ser altamente mecanizada explica a baixa proporção de população rural na maior parte dos municípios, apesar da tendência ser inversa nos municípios criados mais recentemente.
- Apesar do dinamismo do estado, o maior número de cidades está na base da hierarquia urbana sugerindo uma certa fragilidade do sistema urbano. Nelas, a precária diversificação de atividades junto com a alta instabilidade do emprego formal e o peso das atividades

informais confirmam a vulnerabilidade e precariedade do trabalho e, conseqüentemente, da urbanização.

- Em termos absolutos, na maior parte dos municípios é a administração pública o setor que mais emprega trabalhadores formais, ocorrendo uma grande concentração em Cuiabá, que absorve mais da metade do número total de funcionários públicos do estado de Mato Grosso. O setor principal dos municípios novos segue a o padrão do adensamento no qual esteja inserido, sendo a agricultura a atividade que mais emprega.
- Entre o final da década de 1980 e 2000, a agricultura surge como principal setor empregador na maior parte dos municípios, o que é um fator que pode contribuir para a estabilidade do povoamento. Por outro lado, os dados do mercado formal mostram uma grande instabilidade no número de pessoas empregadas em cada setor, e uma forte tendência à especialização do trabalho em poucos setores de atividade, o que indica uma fragilidade da base urbana. Mesmo em municípios urbanos (mais de 50% da população total vivendo na sede municipal) é o setor agrícola o maior empregador.
- A forma como se desenvolveu a ocupação das áreas de floresta e de cerrado implica em diferenças nítidas na organização do mercado de trabalho. Sendo assim a posição geográfica da cidade é determinante para o desenvolvimento das atividades. A indústria extrativista ao norte do estado não atrai outras atividades do emprego formal em número significativos. Já nas áreas de indústria alimentícia, ligadas aos complexos agroindustriais, a diversificação é mais nítida, justamente porque essa atividade depende de outros serviços especializados como técnicos-profissionais, instituições financeiras e comércio.
- Embora o setor terciário seja considerado o principal empregador em todo o país, em termos relativos isso não se verifica na maioria dos municípios. Podemos supor que as atividades deste setor sejam realizadas em grande parte com o trabalho *informal*, como acontece em lugares em que se desenvolve o “capitalismo de fundo de quintal”, em que se foge das obrigações das leis trabalhistas.
- No caso de Mato Grosso não se pode afirmar que quanto maior a cidade menor a proporção do emprego informal. Sabemos, no entanto, que nas cidades menores os índices tendem a ser mais elevado. A diversificação de atividades segue uma relação direta com o tamanho urbano, ou seja, a presença de setores diferenciados é mais ampla nas cidades que estão no topo da hierarquia.
- Os adensamentos apresentam uma tendência evolutiva semelhante em termos de mercado de trabalho formal. O predomínio de uma atividade em quase todas cidades de um adensamento confirma essa convergência.

7 - BIBLIOGRAFIA

- ARARUNA, L.B. “Urbanização e Mercado de Trabalho no estado do Pará”. *Monografia*, Departamento de Geografia, UFRJ, janeiro, 2000.
- BECKER, B. *Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1990 - 2ª edição.
- BECKER, B. “Migração e Mudança Ocupacional na Fronteira Amazônica Brasileira: Estratégias, Trajetórias, Conflitos e Alternativas. In: B. Becker et alli (orgs.), *Fronteira Amazônica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, c 1990. P. 89-106.
- BERNARDES, J. A. “As estratégias do capital no complexo da soja”. In: Iná de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Corrêa (orgs.) *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. P. 325-366.
- CASTRO, Bernardo Cardoso de. “Adensamento Urbano no Centro-Sul de Rondônia”. *Tese de Mestrado*, Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1999.
- COY, Martin. “The frontier of north Mato Grosso between soybean production, timber extraction and gold mining, incorporation and differentiation of new social spaces by private colonization and spontaneous processes”. In: KLEINPENNING, J. (org.) *The Incorporative Drive – Example from Latin America. Saarbrücken, Fort Lauderdale: Breitenbach*, 1991, p. 40-58.
- DA SILVA, J. C. “Periodização das Emancipações Municipais na Amazônia Legal” (1945-1995)”. *Monografia*, Departamento de Geografia, UFRJ, 1995.
- GAUDEMAR, J-P. *Mobilité du travail et accumulation du capital*. Série Economie et Socialisme, 28. Paris, F.Maspero, 1976
- IBGE. Censo Demográfico 1960. Rio de Janeiro.
- _____ Censo Demográfico 1991. Rio de Janeiro.

_____ Contagem da População 1996. Rio de Janeiro

_____ Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro.

_____ *Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste*. Vol I. Rio de Janeiro, 1989.

KOHLHEPP, G. & BLUMENSCHNEIN, M. “Brasileiros sulistas como atores da Transformação rural no centro-oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano V, nº 8. jan/jun. 2000. P. 47-66.

LIMA, F. P. N. “*Ordenação do Espaço no Mato Grosso: as relações entre o complexo da soja, a urbanização e as unidades fito-geográficas*”. *Monografia*, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UFRJ, 1995.

MACHADO, L. O. “Urbanização e Migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem geopolítica”. In *Amazônia. Problemas e impasses. Boletim Carioca de Geografia XXXII*: 2-10, 1982

_____. “A Amazônia Brasileira como exemplo de uma combinação geoestratégica e cronoestratégica”. In: *Tübinger Geographische Studien* nº 95: 189-204. Tübingen, 1987.

_____. “A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira”. *Revista Brasileira de Geografia* 54 (2): 27-54, abr./jun., 1992.

_____. “Sistemas longe de equilíbrio e reestruturação espacial na Amazônia”. In: MAGALHÃES, S. et. al., *Energia na Amazônia*. Belém: UFPA, vol. 2: 838-858, 1996

_____. “Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia”. *Cadernos do IPPUR* 13 (1): 109 – 138, 1999

MIRANDA, M. “O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira na Amazônia”.
In: B. Becker et alli (orgs.), *Fronteira Amazônica*. Brasília: Ed.Universidade de
Brasília; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 47 –62, 1990.

SANTOS, M. “Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. In:
M.Santos, *O Espaço Dividido*. Rio de Janeiro, Francisco Alves. P. 21-54”.

TETÉO, R. J. “Urbanização e Mercado de Trabalho”. *Monografia*, Rio de Janeiro:
Departamento de Geografia, UFRJ, 2000